

A censura aos meios de comunicação pós-64 e a reação de um jornal do interior paulista: O Liberal – Americana/SP.

Autores

Vitor Machado

Bianca Rosada de Oliveira Aluna do o Ano do Curso de Pub

1. Introdução

A liberdade de expressão que a imprensa busca ao noticiar algum acontecimento vem sendo muito discutida principalmente após a ditadura militar no Brasil. Com o fim desta, tornou-se possível aos jornais publicar opiniões e notícias sem medo de sofrer censura.

O fato é que a censura é tão antiga quanto a sociedade humana. Por trás dela está o interesse de um grupo político ou econômico que cria um modelo fiscalizador podendo ser, em algum momento repressor, e que atuam na sociedade.

Sendo a censura a mais forte arma que os regimes ditatoriais usam para impedir a propagação das idéias que podem por em dúvidas seu poder e seu direito de agir sobre a sociedade, é que ela vai atuar nos diversos canais que questionam a sua ordem.

No Brasil, durante o regime militar isso pode ser comprovado quando analisamos os diversos meios censurados pelo poder dos militares. Como exemplo de alguns deles temos o movimento estudantil, o cinema, as músicas, peças teatrais, literatura e os jornais, sendo que, este último merece grandes considerações, pois a informação jornalística é uma das principais narrativas da realidade contemporânea, e um meio indispensável à cidadania.

Assim, uma vez que a mídia jornalística tem o poder de exercer influências nas mais diversas

peças, transformando seu comportamento, suas opiniões a respeito de determinado assunto, é que foi proibido ao jornal liberdade de pensamento.

Mas para falarmos sobre o papel da imprensa e o impacto que ela sofreu com a implantação da censura desde a sua origem, precisamos retornar ao século XV, o qual representou o início da era moderna que mudou significativamente não só a Europa, mas todo o mundo. Ao longo deste século, o sistema feudal esgotou suas forças. A economia medieval fechada, sem mercados externos e de subsistência, baseada em unidades de pequena produção, cujos produtos para consumo eram adquiridos por meio da permuta, foi gradualmente modificando-se, permitindo o surgimento de um novo modelo econômico, o capitalismo, baseado em relações assalariadas, lucro e produção e voltada para o mercado.

A relação servil da produção deixou de existir, dando espaço para o surgimento de uma nova classe econômica, a burguesia, que tinha como característica a acumulação de capital e com o lucro que recebia, investia para melhorar os meios de produção e aumentar as mercadorias produzidas.

O desenvolvimento do comércio possibilitou o desenvolvimento das cidades e das primeiras indústrias, provocando o aumento da saída dos trabalhadores do campo para as cidades.

Tal processo econômico provocou a necessidade dos europeus encontrarem novos mercados consumidores que possibilitassem expandir sua economia para além das fronteiras da Europa.

Com o crescimento e desenvolvimento capitalista foi possível ver o surgimento das primeiras técnicas de impressão possibilitando a publicação de livros e periódicos.

Na idade média, os livros eram copiados manualmente e, por essa razão, eram raros. No século XIV começou-se a utilizar a técnica da xilogravura, isto é, esculpam-se as letras numa chapa de madeira, sobre a qual passava-se tinta e se deitava o papel. No início do século seguinte, os tipos (letras) passaram a ser esculpidos em separado e o livro era composto pelo tipógrafo. (KOSHIBA, 2004, p. 120)

Porém, a Igreja sempre controlou a publicação dos livros. Cada um que fosse publicado passava por uma rigorosa vistoria, e aqueles que eram considerados ofensivos para a moral eram proibidos de serem publicados. (THOMPSON, 1998)

Até o século XV, vários tipos de materiais foram utilizados para a transmissão de informações, como o papiro, linho e o pergaminho.

Conforme KOSHIBA (2004), foi somente após o ano de 1450 que o Alemão Johann Gutemberg revolucionou a imprensa. Ficando famoso por inventar os tipos móveis de chumbo que vieram a substituir os tipos de madeira.

As inovações técnicas nos séculos seguintes, principalmente no século XIX, permitiram aumentar a reprodução da indústria gráfica no mundo. O mercado de impressos passou a ter aumento nas tiragens devido à diminuição da taxa de analfabetismo. (THOMPSON, 1998)

Em meados do século XX pôde-se observar que a indústria de jornal passava a dar mais importância a um público cada vez maior na escala global.

Com o surgimento da imprensa, a censura esteve sempre presente. Nos primeiros anos a Igreja apoiou o desenvolvimento da tipografia, mas até este momento não havia percebido que não poderia controlar as impressões, pois se expandia rapidamente a circulação dos livros considerados imorais pela Igreja.

Antes da imprensa se consolidar a forma de comunicação estava caracterizada por exposições de cartazes nas ruas e a proclamação de notícias em voz alta. A partir do seu advento o leitor passou a ter possibilidade da leitura privada e com isso passou a desenvolver uma opinião crítica sobre um determinado assunto, sem influências de opiniões diversas. “Elas acrescentavam um novo elemento à cultura urbana em centenas de cidades” (EISENSTEIN, 1998, p.28).

Mas quando falamos no surgimento da imprensa no Brasil, esta se desenvolveu apenas com a chegada da família real ao país, no ano de 1808, quando D.João VI fugiu da invasão napoleônica em Portugal.

Contudo, a razão contida no atraso da imprensa no Brasil é pelo fato de nele não ter surgido uma elite burguesa na sociedade. Como foi dito, a burguesia acelerou o desenvolvimento capitalista e as técnicas de impressão. (BAHIA, 1990). Além disso, pelo fato do Brasil ter sido uma colônia de exploração, a metrópole, para garantir o controle da sociedade, precisava conter os meios que pudessem abalar o domínio português.

Censurar qualquer manifestação contra a metrópole e não permitir o surgimento da imprensa no país foi viável para manter a ordem e deixar cada vez mais o Brasil mergulhado na ignorância de um país explorado.

Foi durante o período colonial que surge a imprensa no Brasil. Porém, a Imprensa Régia formada por uma junta de censores, examinava os livros ou jornais e só autorizava a publicação caso não ferisse a religião, o governo e os bons costumes.

Somente em 21 de setembro de 1820, a Junta do Governo da Revolução Constitucional Portuguesa decretou a liberdade de imprensa no Brasil colonial.

Em virtude desse acontecimento, Dom João VI tratou de assinar um decreto em 2 de março de 1821. Por

meio dele suspendia-se provisoriamente a censura prévia da imprensa no Brasil. A liberdade de expressão começa a ser realidade.

A partir deste momento, nota-se no Brasil, um processo de consolidação da imprensa periódica que contribuiu decisivamente para o passo rumo à modernidade política. Com a extinção da censura prévia, as publicações dos jornais ganharam significativo aumento.

Com a proclamação da independência em 1822, a imprensa torna-se a maior testemunha das mudanças políticas, sociais e econômicas da época.

Na transição do Império para República, já é possível observar uma imprensa que perdeu as características artesanais e começou a desenvolver uma estrutura organizada dentro do próprio jornal. Passou-se a formar e a crescer uma indústria gráfica com uma organização administrativa, comercial, industrial e composta por uma divisão do trabalho. Esse desenvolvimento foi possível graças ao avanço econômico que o país viveu graças ao crescimento de uma elite burguesa que apoiava o crescimento do país.

O sentimento de nacionalidade e o aumento da participação popular nos assuntos nacionais ganharam cada vez mais força com o desenvolvimento da indústria gráfica e, conseqüentemente a do jornal. A imprensa foi a responsável por dar a chance de esse processo acontecer.

Porém, com a instauração da República no final do século XIX, a liberdade de imprensa passaria por um dos seus piores momentos. Em 23 de Dezembro de 1889, foi decretada a primeira Lei de Imprensa, pela qual ficou determinado que uma junta militar poderia processar e julgar sumariamente abusos da manifestação do pensamento. A censura deste regime seguiu firme, repreendendo os órgãos da imprensa e realizando prisões de diversos jornalistas.

Outro golpe fulminante a imprensa vai sofrer na era Vargas, especificamente em 1937, quando Vargas torna-se ditador e impõe a censura com a implantação do Estado Novo. Nesse momento passa a se restringir e limitar as manifestações do pensamento. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939 pelo governo ditador de Vargas, tem a função de executar a estratégia de domínio da opinião pública no âmbito geral das idéias, censurando os meios de comunicação.

No Estado Novo, tudo o que era publicado passava pela aprovação e exame prévio. Após a morte de Vargas em 1945, tem-se o fim da ditadura e a imprensa volta a ser livre.

Após pouco tempo com garantia de liberdade de expressão, a imprensa é novamente censurada com a

chegada dos militares ao poder através do golpe de Estado de 1964.

Ao chegarem ao poder, os militares passaram a governar através de decretos. Diversos Atos Institucionais são decretados, sendo que um dos mais expressivos foi o AI-5, instaurado em 13 de dezembro de 1968. Esse Ato Institucional conferiu ao presidente da República poderes ditatoriais. O AI-5 instaurou um regime de terror no país com prisões, torturas e desaparecimento de um grande número de pessoas. Mas foi no Governo do General Garrastazu Médice, em 1969, que a censura prévia foi imposta a todos os meios de comunicação. “As estações de rádio, os canais de televisão e as redações de jornais tiveram que conviver com a figura do censor em suas dependências”.(KOSHIBA, 2004, p. 397)

Esse foi o caso também do jornal “O Liberal” de Americana, fundado em 1º de junho de 1952 por Romeu Mantovani, Arnaldo Mantovani - já falecidos - e Jersy Bianco seu atual presidente. Antes da sua fundação, na cidade de Americana havia apenas um jornal, mas era de porta voz político. Com a criação do “O Liberal”, a intenção era fundar um jornal livre, independente e com o compromisso com a verdade, conforme relato adquirido por meio de uma pesquisa exploratória realizada com funcionários do jornal.

Em um desses relatos os sujeitos pesquisados revelaram que na época da ditadura militar, no período em que existiam apenas dois partidos políticos no Brasil, o MDB (considerado como partido de oposição ao governo) e a Arena (representante dos ideais governistas), o jornal era neutro na política, e por vezes agia contra a Arena, porque antes de tudo era e sempre foi um jornal democrático.

Conforme o que relataram, durante o período da ditadura não teve sensor no jornal, mas qualquer reportagem que publicassem e que não agradasse aos militares, o redator chefe do jornal na época, Sr. Diógenes Gobbo, era convocado a prestar esclarecimento na unidade militar de Campinas, 5ª GECAM (Grupamento de Canhões). Lá, sofreu tortura moral, pois quando chegava no quartel ficava o dia todo esperando sem comida, além de ter sido muitas vezes humilhado.

Mas retornando aos fatos cronológicos da história do período da ditadura militar, com a posse do General Geisel, em 1974, este prometeu reorganizar o país com o compromisso de devolver a democracia, devido à impopularidade que o regime militar enfrentava naquele momento. Durante seu governo foi perseguido, morto e torturado o jornalista Vladimir Herzog que foi acusado pelos militares, em outubro de 1975, de ter cometido suicídio. Apesar do assassinato de Herzog ter causado muita comoção social, cuja cerimônia ecumênica reuniu milhares de pessoas na catedral da Sé, em São Paulo, o General Geisel não reagiu.

Porém, a tão sonhada abertura só iria ocorrer a partir de 1985, quando após o Governo do General João Baptista Figueiredo (1979-1984), deu-se o fim do regime militar através da eleição de Tancredo Neves para a presidência da República. Era o início da Nova República e fim de um regime militar que já durava vinte

anos.

Assim, quando analisamos o período da ditadura militar no Brasil, verificamos que entre a instauração do AI-5, em 1968, que determinou a censura a qualquer manifestação de pensamento, e o fatídico episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, foram os piores anos de crise e falta de liberdade de expressão que o país já teve.

Por isso tudo podemos concluir que a população tinha medo de se manifestar e opinar nas reportagens. Uma das conquistas da democracia foi sem dúvida a liberdade de opinião, essencial para o funcionamento de um jornal.

2. Objetivos

Este artigo é resultado da elaboração de um projeto de Iniciação Científica que pretende através de uma abordagem histórica, verificar como se deu o processo de censura à imprensa no Brasil, especificamente aquela imposta aos jornais impressos durante o período da ditadura militar – pós 1964- demonstrando de que forma o Jornal “O Liberal”, da cidade de Americana, no interior de São Paulo, reagiu perante essa ação dos militares

3. Desenvolvimento

Para a elaboração desse artigo foi realizado um levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo exploratória. O levantamento bibliográfico serviu de embasamento teórico à pesquisa de campo, estabelecendo sempre com ela uma relação com a totalidade histórica do processo a ser pesquisado.

Já através da pesquisa de campo foram coletados dados junto a sujeitos que trabalharam no jornal durante o período da ditadura militar. Porém, tratando-se de uma pesquisa apenas exploratória tais dados não são conclusivos.

4. Resultados

Esta pesquisa não pretende trabalhar com hipóteses ou resultados esperados, mas sim compreender de que forma o jornal “O Liberal”, localizado no interior paulista, precisamente na cidade de Americana, reagiu a censura imposta pelos militares durante o regime militar.

5. Considerações Finais

De acordo com os sujeitos pesquisados, constato-se que o jornal reagiu a censura imposta pelo regime

militar, sendo que alguns jornalistas sofreram tortura física e moral. apesar dos dados até aqui apresentados essas conclusões não podem ser conclusivas para esse trabalho, cujo tema necessita ainda ser mais explorado.

Referências Bibliográficas

BAHIA, Juarez. *Jornal História e Técnica – História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A Revolução da Cultura Impressa – Os Primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

KOSHIBA, Luiz. *História geral e Brasil: trabalho, cultura e poder*, 1ª. Ed., São Paulo: Atual, 2004.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade – Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.